



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150783 - GO (2021/0232852-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : ALESSANDRO MARTINS SILVA (PRESO)
ADVOGADO : LEANA DE OLIVEIRA LOURENÇO - GO023605
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALESSANDRO MARTINS SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5256903-28.2021.8.09.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06.

Sustenta a ilegalidade da prisão preventiva por excesso de prazo na formação de culpa, ao argumento de que a segregação provisória se mantém há aproximadamente 11 meses.

Alega que a audiência de instrução e julgamento foi remarcada em cinco oportunidades.

Requer, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão cautelar, com a consequente expedição do alvará de soltura, ainda que mediante aplicação de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, da leitura do acórdão impugnado nota-se que foram declinados os fundamentos para a manutenção da prisão preventiva do recorrente (e-STJ fls. 80-82).

"Mister destacar, de início, que, por cuidarem-se de matérias fáticas já apreciadas e denegadas por este colendo Tribunal, as teses de irregularidade da prisão preventiva, possibilidade de aplicação de medidas cautelares alternativas e predicados pessoais, mais uma vez expostas como objetos de análise, não podem ser apreciadas nesta ação mandamental.

Tais questões já foram suscitadas em outros dois habeas corpus outrora impetrados em favor do ora paciente.

[...]

Registro, por oportuno, que a decisão que manteve a prisão preventiva aos 11/05/2021 (mov. 382 dos autos n. 5463099-26.2020.8.09.0142), se restringiu a confirmar os motivos anteriormente esposados nos atos judiciais que decretou e mantiveram o ergástulo. Logo, contemporânea aos fatos que justificaram a aplicação da medida adotada, conforme dispõe o §2º do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Prosseguindo, por se tratar o pleito de excesso de prazo, pedido que se renova com o tempo, pertinente nova manifestação dessa Relatoria, que adiando não assistir razão à impetrante.

Com efeito, sobrelevo que, eventuais excessos na duração da demanda não se verificam pela mera soma aritmética de prazos legais parciais, mas pelo cômputo global. E ainda, por uma apreciação ponderada das circunstâncias e sob a ótica do princípio da razoabilidade, visando um equilíbrio entre o interesse subjetivo do indivíduo e o da sociedade.

Assim, o prazo global máximo recomendado para a duração dos processos por tráfico de drogas, não é absoluto. Mormente se consideradas as complexidades específicas de cada caso.

No caso, há de se levar em conta que se trata de ação penal proposta em face de dez acusados, com causídicos distintos, denunciados por crimes graves e complexos (tráfico e associação para o tráfico de drogas), bem ainda 'que o paciente era agente penitenciário, dos quais se espera bom exemplo e conduta ilibada' (mov. 14). O que denota a sua periculosidade social e a gravidade concretados crimes. Máxime porque em coautoria.

Além disso, houve a formulação de vários pedidos pelas defesas dos acusados, que, segundo o juiz primevo 'de cunho protelatório' (mov. 14). Circunstância que, de per si, é indicadora do dilargamento do prazo para o encerramento da instrução criminal.

Igualmente, a marcha processual ficou e continua comprometida em razão da pandemia causada pelo novo coronavírus. Em 31/05/2021, a realização da audiência de instrução e julgamento foi redesignada para 13 e 14/07/2021, para evitar o aglomerado de pessoas no local, pois, além de 17 testemunhas e 08 acusados, tem o magistrado, promotor de justiça, servidores necessários à realização dos atos, advogados e agentes para escolta. Não se podendo imputa ao Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santa Helena de Goiás a responsabilidade pela delonga constatada.

Há de ressaltar, ainda, que, libertar toda a população carcerária em razão do coronavírus, é submeter a sociedade brasileira a uma crise de segurança pública concomitantemente à maior crise sanitária do século.

Bem assim não existe, na hipótese, desídia por parte do aparelho estatal, já que o magistrado de piso, no uso de suas atribuições legais, adotou as providências que lhe competiam para a regular tramitação do processo. Conforme se vê no teor das informações prestadas pela autoridade ora tida como coatora.

Portanto, ausente qualquer omissão ou negligência do juiz na condução do feito.

[...]

Destarte, não visualizo gravame a ser reparado pela via mandamental.

Por cautela, recomendo que o dirigente procedimental envie esforços no sentido de proceder à entrega da prestação jurisdicional ao paciente o mais rápido possível, considerando a urgência que a situação demanda."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência